

Agentes “Montejunto” e “Marão” passaram por interessados em cartas de condução fraudulentas e pagaram luvas a rede com 116 acusados ● Reuniram provas de tudo

PJ USOU DOIS INFILTRADOS PARA APANHAR CORRUPOTOS



Operação da PJ visou 20 escolas e dois centros de exames no Norte e Centro do país



8500 EUROS PARA CARTA COM “DUPLO”
 O valor mínimo a pagar para obter carta de condução de forma fraudulenta em Bragança ou Mirandela era de 2500 euros. Mas o montante poderia ascender a 8500 euros, nos casos em que os candidatos eram mais aselhas e seria preciso usar duplos nos exames.

de código “Montejunto”, explica que contactou Norberto Rocha, da escola de condução Auto Romariz, em Santa Maria da Feira, dizendo ser um emigrante na Bélgica a quem as autoridades retiraram a carta, por infração rodoviária.

Norberto acabou por encaminhar o agente encoberto no esquema da rede, embora tenha evidenciado desconfiança em alguns momentos. “Montejunto” foi inscrito numa escola em Vila Real e, a partir daí, logrou fazer os exames teórico e prático em Bragança. Ficou a saber o esquema, por parte dos examinadores, de sinalizar com os dedos as respostas corretas no exame teórico. Pagou 4500 euros.

Aviso para não comentar
 “Montejunto” também trouxe um novo “cliente” para a rede das cartas de condução fraudulentas. Foi “Marão”, agente encoberto que incidiu a sua atuação junto de Altino Gaspar, da escola de condução Auto Corgo, de Vila Real. Em alguns contactos, contou com o apoio do amigo “Monchique”.

Diferentemente do que aconteceu com “Montejunto”, o agente encoberto “Marão” foi levado a fazer exames em Mirandela, onde se situa o outro centro envolvido no esquema de corrupção. “Marão” tinha dito a Altino que desconhecia as regras do Código da Estrada. O homem da escola de condução tranquilizou-o, garantindo que iria ser bastante fácil.

No exame teórico, a 13 de maio do ano passado, foi ajudado pelos vigilantes, que lhe assinalaram com os dedos as respostas certas. No fim, “Marão” percebeu que todos os sete candidatos tinham sido ajudados, pois o examinador, Daniel Gerson, avisou-os em grupo: foram todos aprovados mas não deveriam comentar com ninguém o que ali se passou, sob pena de poderem ficar sem carta. ●

Nuno Miguel Maia
 nunomm@jn.pt

Para se certificar dos métodos utilizados por uma rede de corrupção que atribuiu centenas de cartas de condução de forma fraudulenta, a PJ de Vila Real usou dois agentes infiltrados: “Montejunto” e “Marão”.

Ação encoberta sobre o esquema que levou o Ministério Público do Porto a acusar 116 indivíduos

por crimes de corrupção e falsificação decorreu entre dezembro de 2012 e maio de 2013. Foram dois elementos afetos à Unidade de Prevenção e Apoio Tecnológico da Polícia Judiciária (PJ), em Lisboa, que passaram por pretendentes a “desenrascar” a carta de condução e contactaram com vários importantes membros da organização criminosa.

As diligências dos agentes encobertos aparecem descritas ao pormenor num relatório de 41 páginas. Nele, um dos inspetores, com o nome

PORMENORES // FRAUDE EM CARTAS DE CONDUÇÃO

Relatórios secretos

Os relatórios das ações encobertas são, em regra, confidenciais. Mas este foi anexado ao processo porque, além de implicar os suspeitos Norberto Rocha e Altino Gaspar, dele resultaram indícios contra outro arguido, João Pires, diretor da escola Princesa, de Bragança.

Nomes de código sempre

Por terem pago as luvas solicitadas pela rede, os agen-

tes encobertos “Montejunto” e “Marão” nunca precisaram de frequentar aulas de código, antes de fazerem as provas teóricas. Apenas treinaram os percursos dos exames práticos de condução. Se forem necessários depoimentos dos agentes encobertos em julgamento, as respetivas identidades irão permanecer ocultas.

Trás-os-Montes a Aveiro

Os tentáculos da rede esten-

diam-se desde Trás-os-Montes até Aveiro. Os exames eram feitos em Mirandela e Bragança. Ser analfabeto ou chumbar não era obstáculo para ter carta. O valor mínimo de luvas era de 2500 euros, mas houve quem pagasse com 40 ovelhas e favores sexuais.

Três médicos envolvidos

Entre 116 arguidos, três médicos estão acusados de terem passado atestados falsos.